

ARTIGO

Eliane Gonçalves*

Tecendo uma outra humanidade

Não há razão para que a diferença sexual deva ser pertinente em todas as relações sociais. Certamente, hoje em dia, muitas práticas, discursos e instituições constroem, de maneira diferenciada, homens e mulheres, e a distinção masculino/feminino existe como uma distinção pertinente em muitos campos. Mas isso não quer dizer que assim deva permanecer, e podemos considerar perfeitamente que a diferença sexual se transforme em algo irrelevante, em muitas das relações sociais nas quais se encontra atualmente. Este é, de fato, o objetivo de muitas das lutas feministas.

Chantal Mouffe (1992)

Pretendo, neste breve artigo, cujo convite aceitei de pronto, falar sobre algumas das contribuições do feminismo, na qualidade de um movimento que se pretende global, plural, autônomo e democrático, para a construção de um mundo melhor e mais justo. Ao mesmo tempo, quero inscrever as marcas particulares de uma experiência vivida, pois, como nos diz Benjamim (1983), narrar é comunicar uma experiência, ou seja, pôr em palavras o vivido.

A definição de humanidade pelo masculino englobante "homem", na maioria das línguas, vem sendo aos poucos minada, à custa de diferentes recursos, alguns bem incômodos, é bom que se diga. Na difícil tarefa de amenizar o sexismo lingüístico, apelamos para o uso de sinais e barrinhas (mesmo/a, todos/as e o sinal grá-

fico @ para produzir o neutro), plurais neutros tais como "pessoas", e por aí vai. Muita gente torce o nariz e reclama. As feministas retrucam em coro: é para incomodar mesmo! Afinal, a exclusão é bastante incômoda porque opera com apenas 50% da humanidade, tornando a outra parte invisível. As mulheres não querem mais ser invisíveis. E nem podem, porque, como bem disse recentemente uma colega, "se é invisível, não existe; se não existe, não tem direitos".

Sem pretensões de tradução, podemos pensar no feminismo como uma visão de mundo, uma perspectiva teórica, uma ideologia ou um movimento político pelos direitos das mulheres. A luta das mulheres é certamente muito antiga, mas o feminismo, assim situado, tem sua genealogia histórica nas revoluções ocidentais

modernas (Eisenstein, 1993), quando emerge a noção de indivíduo de direitos. O feminismo seria a luta para a inclusão das mulheres como cidadãs de direito, para alçá-las ao estatuto de indivíduos. Tendo recebido influências teóricas diversas (liberalismo, marxismo, estruturalismo, psicanálise, pós-modernismo, só para mencionar algumas), não se pode falar em um único feminismo, mas em muitos. Dando origem a um sujeito coletivo “mulheres”, o feminismo não só realizou importantes conquistas no plano social, político e econômico (educação, voto, trabalho etc.), mas também desencadeou muitas mudanças nos modos de ser e estar no mundo, no micro e no macro, além de ter se posicionado de maneira profundamente crítica ao modelo de ciência hegemônico e à produção do conhecimento. Hoje, as teorias feministas e o *gênero* como categoria de análise já ocupam lugar de destaque entre vários autores e autoras da teoria social (Piscitelli, 2002).

Esse feminismo pluralizado e matizado atravessou fronteiras, e seus ecos se fizeram ouvir em praticamente todos os cantos do planeta. A partir das décadas de 1960 e 1970, sua expansão foi incrível e suas formas de organização, múltiplas. Se a aposta em um coletivo “mulheres” significou, por um lado, a idéia de uma identidade comum a todas as mulheres, irmanadas por uma mesma opressão, criou, por outro, tensões importantes, uma vez que o pensamento que se espalhava era traduzido como oriundo de um segmento específico de mulheres: brancas, adultas, heterossexuais, intelectuais e de classe média. Nessa expansão, vezes se insurgiram e proporcionaram ao feminismo uma feição mais democrática e representativa da diversidade existente no planeta. Mulheres negras, lésbicas, bissexuais, do “terceiro mundo”, trabalhadoras, índias e jovens trouxeram para o feminismo as suas especificidades como sujeitos marcados pelo gênero e suas interseções de raça, sexualidade, classe, etnia, geração e geografia. E atentas ao fato de que as “identidades” são socialmente construídas, as feministas desenvolveram a noção de uma universalidade que se mantenha sempre aberta para a incorporação de novas formas de exclusão, de novos sujeitos, ou melhor, de novas posições de sujeitos.

No Brasil, reconhecemos uma onda feminista no período que se estende de meados do século XIX ao período que culmina com a conquista do voto em 1934 (Schumacher, 2003). O movimento sufragista, cuja liderança mais lembrada é Bertha Lutz, ajudou a fundar as bases do feminismo brasileiro e a construir as pontes com os feminismos internacionais. A segunda onda do feminismo veio junto com os movimentos de

contracultura e da “revolução sexual”, das décadas de 1960 e 1970, e se fez notar, de modo mais sensível e expressivo, no início da década de 1980, momento da redemocratização pós-ditadura militar. Essa onda se caracterizou pela proliferação dos grupos de reflexão, inspirados nos grupos de consciência (do inglês *consciousness-raising groups*), que eram formados só por mulheres para compartilhar suas histórias, suas vidas, aprender a conhecer seus corpos, discutir as questões da saúde, da sexualidade e da violência, além de buscar uma identidade comum, reivindicando que “o pessoal é político”. O livro *Our bodies ourselves* (Nossos corpos, nós mesmas) escrito no fim da década de 1960 pelo Coletivo de Mulheres de Boston, uma organização ainda viva e atuante nos Estados Unidos, ilustra bem essa experiência, que inspirou outras obras semelhantes. Muitas das organizações feministas brasileiras nasceram na década de 1980, entre as quais o Grupo Transas do Corpo.¹

Outras formas de organização política foram permeadas pela atuação feminista. Hoje, é possível identificar feministas em grupos autônomos de mulheres, ONGs, sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias, movimentos religiosos de caráter emancipatório, núcleos de universidades, órgãos governamentais. E também há mulheres posicionando-se, individualmente, como feministas. Fundamentalmente, a forma de organização mais presente, nos dias atuais, é a articulação em redes. Há redes locais, regionais, nacionais, latino-americanas e redes mundiais ou internacionais. Algumas são temáticas como é o caso das redes de saúde e direitos sexuais e reprodutivos.² Outras são mais ligadas à promoção dos direitos na esfera do trabalho, da luta pelo fim da violência contra as mulheres, de educação popular, entre tantas outras. Os encontros feministas nacionais e latino-americanos, embora sem um calendário fixo e rígido, têm sido não só espaços privilegiados de articulação política na definição das agendas do movimento, mas também ricos momentos de formação de novas feministas e oportunidade de encontro e desfrute. Até bem pouco tempo, as mulheres eram os sujeitos políticos exclusivos do feminismo, e aceitava-se isso sem grandes polêmicas. Na virada do século e do milênio, homens que não apenas apóiam a causa, mas que se consideram homens feministas, reivindicam participação ao lado das mulheres num movimento mais amplo.

Se pudéssemos resumir o que o feminismo fez para transformar o mundo nessas últimas décadas, a palavra seria simples: uma revolução. Ele atingiu o coração da divisão sexual do

¹ Em 1985, a Fundação Carlos Chagas/SP organizou o curso *Teorias e Práticas Educativas em Saúde e Sexualidade*, no qual três das futuras fundadoras do Grupo Transas do Corpo estiveram presentes. Após adaptar o curso para instituições públicas de saúde e educação, em 1987 fundamos o Grupo Transas do Corpo, em Goiânia. Trata-se de uma organização não-governamental feminista que atua nas áreas de formação, articulação política e comunicação, promovendo a cidadania de mulheres adultas e de jovens de ambos os sexos.

² No Brasil, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, constituída em 1991, é um bom exemplo.

* Eliane Gonçalves

Feminista, coordenadora de projetos do Grupo Transas do Corpo e doutoranda em Ciências Sociais/Unicamp.

trabalho, pôs em xeque a dicotomia público/privado, questionou os pressupostos das ciências, rompeu o círculo vicioso da opressão e da violência e permitiu às mulheres o controle sobre o próprio corpo e a sexualidade. A autonomia das mulheres – ainda em construção, é claro, mas cada dia mais forte e mais irreversível – mudou a cara do mundo, afetando as relações interpessoais, o mundo do trabalho, o modelo tradicional de família, as noções de amor e de amizade. Porque simplesmente um novo sujeito social (plural e diverso) passou a existir. Se, antes, a estabilidade era dada pela rígida divisão de “papéis”, a nova ordem impõe uma reconfiguração das relações sociais. Uma revolução foi feita; outras rebeldias estão em curso e não pretendem parar tão cedo. Como afirma Beck, a revolução feminista “avança furtivamente, se comporta como um gato: suavemente, mas sempre com as garras afiadas” (1995, p. 39).

A política *stricto sensu*, entretanto, ainda se constitui em terreno escassamente povoado: são poucas, embora com tendência de crescimento, as mulheres nos parlamentos municipais, estaduais e federal e nos primeiros escalões dos governos. Nos partidos políticos, ainda enfrentam discriminação e precisam se organizar em comissões de mulheres, como se suas lutas fossem apenas específicas, o que absolutamente não confere. A política nessas instituições ainda é vivida sob forte dominação masculina, e muitas mulheres, em que pese a estratégia das cotas, se sentem intimidadas e constrangidas com a fala e a atuação públicas. Como essas instituições são espaços nem sempre suficientemente democráticos, as mulheres precisam de um esforço redobrado para vencer o machismo e até mesmo a misoginia que neles impera. É necessário lembrar, todavia, que a misoginia não é atributo dos homens, nem está circunscrita a tais espaços institucionais. Como é um produto de uma cultura fortemente marcada pelo gênero, na qual o homem e o masculino são considerados valores superiores, algumas mulheres também podem desenvolver atitudes e sentimentos antifeministas que discriminam outras mulheres.

A luta pela igualdade leva a um projeto feminista por uma democracia radical (Mouffe, 1992), um projeto capaz de abrigar e articular as diversas posições de sujeitos que lutam contra diferentes formas de subordinação e opressão. Considero apropriado, ainda, invocar a noção de democracia proposta por Derrida (1997, p. 306) na idéia de um “devir” democrático (*a democracy to come*); uma democracia que ainda não existe, que está para ser construída e que, mesmo existindo, é sempre insuficiente. Ela se inscreve no futuro, como promessa, e é capaz de romper com o falocentrismo. Derrida nos convida a experimentar uma possibilidade que pode ser real, mas que nunca deve bastar, porque, uma vez realizada, deve deslocar-se para o novo que não existe. Penso que isso responde, de certa maneira, às indagações de algumas pessoas sobre a pertinência do feminismo nos dias atuais, quando afirmam que as mulheres já alcançaram o que buscavam, a igualdade de direitos. Ledo engano. Não só ainda falta muito para ser conquistado no campo dos direitos humanos das mulheres, como, de resto, toda uma nova, uma outra humanidade que o feminismo deseja tecer: inclusiva, plural, radical.

De um ponto de vista bastante pessoal, poderia dizer que, pelo feminismo, tornei-me uma pessoa mais atenta e crítica às desigualdades do mundo e às inúmeras interseções dessas mesmas desigualdades, ou seja, hierarquias de exclusão e invisibilidade que marcam os sujeitos. Tornei-me mais consciente dos meus processos corporais, afetivos e sexuais, valorizando mais as experiências com outras mulheres. Atenta ao autoritarismo que regula processos de trabalho e outras esferas da vida material, incorporei ideologias e metodologias mais igualitárias que passaram a ser o meu *modus vivendi*. E, para finalizar, faço coro com as palavras de Beck:

É necessário apenas arriscar essa experiência do pensamento: uma sociedade em que homens e mulheres fossem realmente iguais (não importa o que isso pudesse significar nos detalhes), sem dúvida nenhuma, seria uma nova modernidade. (1995, p. 39) ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DERRIDA, Jacques. *Politics of friendship*. Londres: Verso, 1997.
- EISENSTEIN, Zillah. *The radical future of liberal feminism*. Boston: Northeastern University Press, 1993.

- MOUFFE, Chantal. Feminism, citizenship, and the radical democratic politics. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan (Eds.). *Feminists theorize the political*. Nova York: Routledge, 1992, p. 369-384.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, Leila M. (Org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 7-42. (Textos Didáticos, n. 48).
- SCHUMAHER, Schuma. A primeira onda feminista. In: *Anais do XIII Encontro Nacional Feminista*. João Pessoa: Cunha, 2003, p. 30-36.
- SIMMEL, Georg. *A filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, [1902] 2001.

O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 60 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.

